



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**



**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
2013  
(versão preliminar)**

**BOA VISTA- RR  
2014**

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

Gelso Pedrosi Filho (Coordenador)  
Angela Maria Moreira Silva  
Edna Paula Marcelino Magalhães  
Fabiana Carla Bezerra Vitaliano  
Francisco Carmozildo Henrique Araújo

## **ADMINISTRAÇÃO GERAL**

### **Reitora**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gioconda Santos e Souza Martínez

### **Vice-Reitor**

Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira

### **Pró-Reitora de Administração**

Sr<sup>a</sup>. Railma Sales de Sousa

### **Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Extensão**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Santos Dias

### **Pró-Reitor de Ensino e Graduação**

Prof. Dr. Fábio Luiz Wankler

### **Pró-Reitora de Gestão de Pessoas**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Edith Romano Siems Marcondes

### **Pró-Reitor de Infraestrutura**

Prof. Dr. Joel Carlos Moizinho

### **Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosangela Duarte

### **Pró-Reitor de Planejamento**

Sr. Manoel Alves Bezerra Júnior

### **Chefe de Gabinete**

Prof. Dr. Alberto de Moura Castro

### **Coordenador de Legislação e Normas**

Prof. Aldir Menezes Cavalcante

### **Coordenadora de Ouvidoria Interna**

Maria Rosiney Santana Marques

### **Pesquisadora Institucional**

Edna Paula Marcelino Magalhães

### **Coordenadora de Comunicação Social**

Andréia Santiago

## **DIRETORES DE CENTROS E INSTITUTOS ACADÊMICOS**

### **Centro de Ciências Agrárias – CCA**

Prof. Dr. Márcio Akira Couceiro

**Centro de Estudos da Biodiversidade - CBIO**

Prof. Dr. Frank James Araújo Pinheiro

**Centro de Comunicação, Letras e Artes - CCLA**

Profª. Drª. Sônia Costa Padilha

**Centro de Ciências Humanas - CCH**

Prof. Dr. Linoberg Barbosa de Almeida

**Centro de Ciências da Saúde - CCS**

Prof. Dr. Alexander Sibajev

**Centro de Ciências e Tecnologia - CCT**

Prof. Dr. Luciano Ferreira Silva

**Centro de Ciências Administrativas e Econômicas - CADECON**

Profª. Drª Ana Zuleide Barroso da Silva

**Centro de Educação - CEDUC**

Profª Drª. Nilza Pereira de Araújo

**Instituto de Antropologia - INAN**

Prof. Dr. Carlos Marinho Cirino

**Instituto de Ciências Jurídicas - IPJ**

Profª MSc. Teresa Cristina Evangelista

**Instituto de Geociências - IGEO**

Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras

**Instituto Insikiran de Formação Indígena - INSIKIRAN**

Profª. Drª. Ise de Goreth

## **DADOS DA INSTITUIÇÃO**

**Nome da IES:** Universidade Federal de Roraima

**Código da IES:** 789

**Caracterização de IES:** Autarquia Federal

**Organização Acadêmica:** Universidade

**Endereço:** Avenida Capitão Ene Garcez, nº 2413 – Aeroporto, CEP: 69310-000. Boa Vista-RR.

**E-mail:** reitoria@ufrr.br **Sítio online:** www.ufrr.br

## **MEMBROS DA CPA/UFRR**

### **Coordenador**

Prof. Gelso Pedrosi Filho

### **Membros representantes dos docentes e técnico-administrativos**

T.A. Angela Maria Moreira Silva

T.A. Edna Paula Marcelino Magalhães

T.A. Ernandes Castro da Silva

Profª. Fabiana Carla Bezerra Vitaliano

Prof. José Luiz Gutiérrez Angulo

### **Membros representantes dos discentes**

Sr. Paulo Ricardo Carvalho de Freitas

Sr. Valremi da Silva Rodrigues

### **Membro representante da sociedade civil organizada**

Sr. Flávio Bezerra da Silva

Sr. Francisco Carmozildo Henrique Araújo

## SUMÁRIO

1	<b>APRESENTAÇÃO</b>	7
1.1	A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFRR	8
2	<b>A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA</b>	10
3	<b>ANÁLISE DAS DIMENSÕES</b>	11
3.1	DIMENSÃO 1: MISSÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	11
3.1.1	<b>Missão</b>	11
3.1.2	<b>Plano de Desenvolvimento Institucional</b>	12
3.2	DIMENSÃO 2: POLÍTICA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO	13
3.2.1	<b>Política de Ensino</b>	13
3.2.2	<b>Política de Pesquisa</b>	18
3.2.2	<b>Política de Pós-graduação</b>	20
3.2.3	<b>Política de Extensão</b>	21
3.3	DIMENSÃO 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
3.4	DIMENSÃO 4: COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	24
3.5	DIMENSÃO 5: POLÍTICAS DE PESSOAL	24
3.6	DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL	27
3.7	DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	28
3.8	DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	29
3.9	DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	31

## 1. APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), instituída pela Reitoria através da Portaria Nº 531/GR de 23/09/2013, apresenta à comunidade o relatório preliminar da Autoavaliação Institucional referente ao ano de 2013. Nesta versão preliminar, ainda não foram incluídos os resultados das análises estatísticas dos dados da pesquisa, bem como, as informações referentes à Dimensão INFRAESTRUTURA. Após a conclusão das análises, uma nova versão do relatório será apresentada.

A autoavaliação contou com a participação dos segmentos da comunidade universitária constituída por Discentes, Docentes e Técnicos, do Campus Paricarana, Campus Cauamé e Campus Murupu, todos sediados no município de Boa Vista. O link do questionário de avaliação institucional foi encaminhado por e-mail aos Discentes, Docentes e Técnicos, e a coleta de dados *on line* foi feita no período de 31/01 a 06/03/2014. O questionário não foi aplicado aos membros da comunidade externa por restrição de tempo para a conclusão e apresentação do relatório de avaliação institucional.

Instituída pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei 10.861/2004), que estabelece as dez dimensões a serem abordadas, tratando de temas como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, políticas de pessoal, infraestrutura, assistência estudantil, entre outros, que são de fundamental importância para o desenvolvimento da educação superior, a Comissão Própria de Avaliação procurou organizar os questionários de forma clara e objetiva, variando a quantidade e tipo de questões de acordo com o segmento inquirido.

O presente relatório reflete a percepção da comunidade acadêmica sobre a Universidade que temos e contribui de maneira significativa para a construção da Universidade que desejamos, sobretudo, através da participação e avaliação ativa e voluntária do segmento acadêmico.

Esperamos que o Relatório de Avaliação Institucional possa contribuir para a elaboração das políticas institucionais, sendo um elemento orientador no planejamento estratégico para o ensino, pesquisa e extensão, bem como, para as demais atividades inerentes à UFRR, pois entendemos que este instrumento simboliza a construção e gestão democrática e participativa dos processos educacionais e políticos no âmbito da nossa Universidade Federal de Roraima.

## 1.1 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFRR

A avaliação institucional constitui-se num elemento chave para a estratégia de crescimento e desenvolvimento institucional, pois somente através dela é possível identificar pontos fundamentais, que, por razões diversas, às vezes não são percebidos pelas instâncias da administração geral.

Este aspecto ressalta a importância significativa da autoavaliação, ainda mais quando considerado seu caráter democrático, participativo e anônimo. A autoavaliação é um processo complexo, não apenas pela dificuldade em implementar seus procedimentos legais, mas, principalmente, devido ao processo de construção da cultura de avaliação entre os vários segmentos que compõem a IFES.

Nessa perspectiva, a atual comissão, além de cumprir o papel que lhe foi atribuído em lei quanto ao cumprimento das etapas necessárias ao processo de autoavaliação, também buscou disseminar a cultura de avaliação entre os vários segmentos, por acreditar que esta é a essência do que é disposto nas normas oficiais.

Com base nos princípios legais do SINAES, a autoavaliação da UFRR tem como objetivo geral identificar suas potencialidades e fragilidades, que são reflexos das condições e das políticas institucionais direcionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Como objetivos específicos destacam-se:

- construir e disseminar a cultura de autoavaliação nos diversos segmentos que compõem a UFRR;
- aprimorar as metodologias e demais procedimentos de coleta, tabulação e análise estatística de dados;
- colher perspectivas sobre a atual situação da UFRR, direcionando contribuições para o subsídio das políticas de melhoria no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- divulgar amplamente os resultados obtidos no processo de autoavaliação;
- realizar o acompanhamento das ações fomentadas pela administração da UFRR para a melhoria dos indicadores de fragilidades encontrados no processo de autoavaliação institucional.

A metodologia empregada para a realização da autoavaliação da UFRR em 2013 seguiu orientações do SINAES no que tange ao cotejo das dez dimensões a serem consideradas:

- missão e plano de desenvolvimento institucional;



- políticas para ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;
- responsabilidade social da instituição;
- comunicação com a sociedade;
- políticas de pessoal (docentes e técnico-administrativos) e carreiras;
- organização e gestão;
- infraestrutura física (de ensino, de pesquisa, biblioteca, etc);
- planejamento e avaliação (autoavaliação);
- políticas de atendimento aos estudantes;
- sustentabilidade financeira.

Para dar conta dessas dimensões, a CPA procedeu à análise das informações sobre a Instituição coletadas entre as Pró-reitorias, à leitura de documentos primários institucionais como Relatório de Gestão, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e os questionários aplicados entre os três segmentos da UFRR: docentes, discentes e técnicos.

Apesar de os questionários serem mencionados por último, a CPA entende que a participação da comunidade é um dos pontos mais importantes da autoavaliação da Instituição, visto que, com isso, é possível analisar de uma forma mais contundente se a Universidade está sendo bem aceita pela comunidade universitária.

Por fim, é pensamento dominante no âmbito da CPA que o presente relatório de avaliação é um instrumento importante para a identificação das fragilidades e potencialidades da UFRR e como norteador para a implementação de ações para melhoria contínua da instituição, segundo a visão dos diferentes segmentos que a compõem.

## 2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) foi autorizada pela Lei nº 7.364, de 12 de setembro de 1985, e instituída pelo Decreto nº 98.127, de 08 de setembro de 1989. Em outubro do mesmo ano, o Ministro de Educação aprovou, por meio da Portaria nº 574, o primeiro Estatuto da Universidade e, na sequência, seu primeiro Regimento Geral foi publicado no Diário Oficial da União e também registrado em Cartório.

No dia 22 de setembro de 1989, foi designado um Reitor *Pro tempore*, que deu início às atividades administrativas e organizacionais da instituição. Em dezembro do mesmo ano, foram editadas resoluções criando Faculdades e Institutos, Departamentos e Cursos de Graduação nas modalidades Licenciatura e Bacharelado. Também foram aprovadas as estruturas curriculares e a normatização do Vestibular, realizado em janeiro de 1990.

As contratações para o provimento de cargos de pessoal docente e técnico-administrativo foram iniciadas em março de 1990. Na época, o reitor *Pro tempore* editou resoluções disciplinando os processos seletivos, definindo áreas de conhecimentos, determinando o conteúdo a ser examinado e designando bancas examinadoras. A princípio, a instituição contou com 59 professores e 96 servidores técnico-administrativos.

Paralelamente à contratação de pessoal docente e técnico-administrativo e à matrícula dos alunos aprovados no primeiro vestibular, deu-se início à estruturação das unidades acadêmicas e à instalação dos conselhos superiores da UFRR. No que se refere à infraestrutura física, a UFRR foi iniciada com um campus universitário, denominado Campus Paricarana, cujas edificações eram compostas por pavilhões inacabados, perfazendo uma área de 5.600m<sup>2</sup>. Tal infraestrutura foi doada pelo governo do então Território Federal de Roraima. Posteriormente, a área territorial e a infraestrutura física da Escola Agrotécnica foram cedidas à UFRR, passando a constituir o Campus Cauamé e a abrigar, além da própria Escola Agrotécnica, a Faculdade de Agronomia.

A partir daí, o processo de expansão foi rápido e a Universidade passou a ocupar outras edificações localizadas dentro do terreno do Campus Paricarana e também nas sedes de municípios do interior do Estado.

Em 1995, por meio de uma resolução do Conselho Universitário, a estrutura acadêmica da UFRR foi totalmente reformulada, as Faculdades e Institutos foram extintos e os cursos de graduação foram agrupados por área de conhecimento e vinculados a Centros Didáticos.

Até 2004, a UFRR promovia apenas cursos de graduação, extensão e pós-graduação *lato sensu*. A oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* foi iniciada em 2004, com a criação do Programa de Recursos Naturais – PRONAT.

Atualmente, o planejamento do cronograma de criação e implantação de cursos de graduação segue o acordo de Metas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI da UFRR, aprovado pelo Conselho Universitário e firmado entre a Reitoria e o Ministério da Educação – MEC, em março de 2008.

Com as verbas do REUNI, a UFRR passa por um novo ciclo de expansão. À época da implantação do Programa, a UFRR contava com 339 professores e 183 técnicos para atender a 3.813 alunos (SILVA, 2013). Ao término de 2013, após cinco anos da implementação do REUNI, a Instituição possui mais de 458 professores de magistério superior, 86 professores de ensino básico e 354 técnicos, atendendo a 43 cursos presenciais de graduação e 02 à distância, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento, além do Colégio de Aplicação e da Escola Agrotécnica, direcionados a aproximadamente 8.000 alunos.

### **3 ANÁLISE DAS DIMENSÕES**

#### **3.1 DIMENSÃO 1: MISSÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL**

##### **3.1.1 Missão**

A Universidade Federal de Roraima é uma fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, comprometida com o ensino e a formação profissional do cidadão no estado de Roraima.

Tem como missão: “Contribuir e comprometer-se com a formação de cidadãos éticos, com capacidade crítico reflexiva, e competentes em suas áreas profissionais, por meio do ensino público e gratuito, da pesquisa e da extensão, que respeitem as diversidades étnicas e culturais, promovendo o convívio entre as muitas populações deste espaço fronteiro e participando da construção do desenvolvimento de Roraima,

sugerindo reflexões e soluções para as temáticas que ultrapassem as fronteiras do estado”.

Sua missão foi discutida e aprovada pelos representantes da comunidade universitária durante os processos de composição do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2016.

### 3.1.2 Plano de Desenvolvimento Institucional

Seguindo as determinações do Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, a UFRR, como parte de uma ação maior de planejamento, elaborou o PDI em conjunto com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A metodologia empregada para a criação do PDI e PPI vigentes (2011-2016) foi concebida pela Comissão de Planejamento da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e encaminhada ao Conselho Universitário (CUNI), que, em reunião realizada em 27 de junho de 2008, aprovou a Resolução nº006/2008-CUNI.

As etapas de implementação foram:

- a) realização de um debate com o tema: PPI: significado, importância e finalidade;
- b) pesquisa de opinião via urnas físicas e on-line;
- c) triagem e análise dos dados coletados das urnas;
- d) pesquisa complementar de temas que o grupo organizador entender necessário;
- e) realização de reuniões setoriais de centros, institutos e núcleos, bem como de parceiros;
- f) formatação do documento final;
- g) audiência pública;
- h) submissão do projeto final ao CUNI;
- i) socialização e divulgação do documento final.

O PDI 2011/2016 (UFRR, 2011) estabelece como objetivos institucionais da UFRR:

- promover a democratização do acesso e permanência no ensino superior como parte da sua função social;

- contribuir na formação de cidadãos com valores éticos, competência técnica e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária;
- construir conhecimentos novos, próprios, através de práticas interdisciplinares, com vistas a uma melhor compreensão da sociedade;
- articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico e tecnológico, por meio do respeito e da valorização das vivências e conhecimentos dos vários atores envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- buscar, de forma permanente, a excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- oferecer oportunidades de exercício de práticas pedagógicas que contribuam para uma formação crítico-reflexiva;
- fomentar uma integração harmônica entre os vários setores internos e externos resultante das ações de ensino, pesquisa e extensão.

O PPI, por sua vez, enquanto instrumento político, filosófico e teórico-metodológico da UFRR, estabelece as ações e políticas pedagógicas, visando o cumprimento da missão institucional.

Seus objetivos são:

- definir as políticas pedagógicas institucionais;
- servir de orientação às políticas de ensino, pesquisa e extensão da UFRR;
- servir de parâmetro para a construção dos projetos político pedagógicos dos cursos;
- promover a articulação e o diálogo entre os diversos campos do saber;
- orientar as políticas de educação continuada dos servidores;
- estimular processos de construção de saberes, a partir do conhecimento universal, visando soluções para os desafios amazônicos. (UFRR, 2011)

## 3.2 DIMENSÃO 2: POLÍTICA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

### 3.2.1 Política de Ensino

O processo de elaboração dos cursos de graduação baseia-se nos seguintes princípios pedagógicos e políticos: investigação, teoria e prática, interdisciplinaridade, capacidade crítica e autonomia, historicidade, construção e diversidade. Esses princípios não são tomados isoladamente, pois tem em comum o paradigma da totalidade, que deverá fundamentar a estrutura dos cursos, conforme previsto no PPI da instituição.

Atualmente, a UFRR mantém três campi em funcionamento, Paricarana, Cauamé e Murupu, com a seguinte estrutura acadêmica:

Dez centros e institutos didáticos:

- Centro de Ciências Agrárias – CCA
- Centro de Ciências Humanas – CCH
- Centro de Ciências e Tecnologia – CCT

- Centro de Ciências da Saúde – CCS
- Centro de Ciências Administrativas e Econômicas – CADECON
- Centro de Comunicação Social, Letras e Artes – CCLA
- Centro de Educação - CEDUC
- Centro de Estudos da Biodiversidade - CBIO
- Instituto de Antropologia - INAN
- Instituto de Ciências Jurídicas - ICJ
- Instituto de Geociências - IGEO
- Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena

Duas unidades acadêmicas:

- Colégio de Aplicação - CAP
- Escola Agrotécnica - EAGRO

Quatro núcleos de ensino:

- Núcleo de Acessibilidade - CONSTRUIR
- Núcleo de Educação a Distância – NEaD
- Núcleo de Estudos de Línguas e Literaturas Estrangeiras – NUCELE
- Núcleo de Práticas Jurídicas e Direitos Humanos

A estrutura acadêmica comporta 43 cursos de graduação, além do ensino médio, básico, tecnológico e à distância:

BACHARELADO	LICENCIATURA	EaD (Licenciatura)	TECNOLOGIA
Administração	Artes Visuais	Informática	Agroecologia
Agronomia	Ciências Biológicas	Matemática	-
Antropologia	Educação no Campo	-	-
Arquitetura e Urbanismo	Física	-	-
Ciência da Computação	Geografia	-	-
Ciências Biológicas	História	-	-
Ciências Contábeis	Letras – Port/Espanhol	-	-
Ciências Econômicas	Letras – Port/Francês	-	-
Ciências Sociais	Letras – Port/Inglês	-	-
Com. Social – Jornalismo	Letras – Port/Literatura	-	-
Direito	Licenciatura	-	-

	Intercultural Indígena		
Enfermagem	Matemática	-	-
Engenharia Civil	Música	-	-
Engenharia Elétrica	Pedagogia	-	-
Geografia	Química	-	-
Geologia	-	-	-
Gestão em Saúde Coletiva Indígena	-	-	-
Gestão Territorial Indígena	-	-	-
Matemática	-	-	-
Medicina	-	-	-
Medicina Veterinária	-	-	-
Psicologia	-	-	-
Relações Internacionais	-	-	-
Secretariado Executivo	-	-	-
Zootecnia	-	-	-

A proposta curricular dos cursos nas diversas modalidades é pensada a partir da perspectiva da construção de um processo de formação do profissional, cuja preocupação se move em direção a uma determinada ação política, que busca oportunizar aos professores/alunos o entendimento de como se produzem as subjetividades no contexto das relações sociais de poder, buscando desvendar os meios pelos quais essas relações de poder e as desigualdades sociais privilegiam ou subjugam determinados indivíduos e grupos sociais, no âmbito das configurações de classe, etnia e gênero.

O profissional egresso da UFRR deve ter domínio dos conhecimentos especializados na sua área de formação, com competências para atualizá-los e ampliá-los, de forma continuada. Deve ser crítico, criativo, reflexivo, capaz de trabalhar coletiva e interdisciplinarmente, atento à diversidade étnico-cultural que compõe o nosso estado, observando a situacionalidade no contexto global, e consciente de sua ação no meio em que atua, agindo de forma ética, autônoma e empreendedora (PDI 2011-2016).

Para atender a esse perfil, a UFRR seleciona os conteúdos que compõem as matrizes curriculares dos cursos de graduação a partir de estudos acerca das especificidades de cada profissão, tendo como referencial básico as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Esses documentos são os alicerces para a construção de matrizes curriculares de cursos de graduação, seja de licenciatura, seja de bacharelado, presencial ou à distância.

Após a seleção de conteúdos curriculares obrigatórios, o colegiado do curso, tendo como referenciais informações e dados da região, propõe os demais conteúdos necessários para completar o curso em estudo. A seleção dos conteúdos é responsabilidade das coordenações de cursos e consiste na construção de um Projeto Político Pedagógico – PPP, nos termos da Resolução 009/2012-CEPE, que respeite as diretrizes educacionais e institucionais previstas e aprovadas pelas instâncias competentes.

Os princípios metodológicos estão expressos no PPP de cada curso e refletidos nos Planos de Ensino das disciplinas dos cursos de graduação. O currículo é entendido como a organização complexa de toda teia das experiências e conhecimentos anteriores, a comunidade em que o sujeito está inserido, a organização do trabalho didático-pedagógico, os conteúdos, os complexos educativo e pedagógico voltados para a formação do acadêmico, em seu processo de construção dos saberes escolares e de preparação para a vida, produtos de relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Além disso, os projetos político-pedagógicos devem explicitar claramente seu sistema de avaliação, com a descrição dos instrumentos e critérios a serem utilizados na avaliação dos estudantes, docentes e do próprio PPP. O processo de avaliação deve também permitir um redimensionamento de ações, quando necessário, e estar em consonância com as normas emanadas pela instituição e com a legislação nacional (PDI 2011-2016).

Quanto a políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares, a composição dos PPPs atende à necessidade de incentivar a realização de estágio supervisionado em organizações e entidades públicas e privadas, tornando formais atividades que eram realizadas informalmente. As regras básicas para realização dessas atividades são definidas pelas Resoluções nº 012/2012-CEPE e nº 014/2012-CEPE e permitem que cada colegiado de curso estabeleça novas condições, em atendimento às suas especificidades e ampliem as alternativas de realização. Nesse caso, deve ser



mantido o propósito de ampliar o aproveitamento de atividades desempenhadas na comunidade externa e que tenham por propósito complementar a sua formação acadêmica (PDI 2011-2016).

Salienta-se a importância da organização e regularidade do funcionamento do ensino de graduação, considerando a legalidade de todos os cursos, o cumprimento do calendário e dos conteúdos programáticos, os controles de frequência docente e discente, o planejamento das turmas, os horários fixos dos turnos, a obrigatoriedade de reposição de aulas, os Planos de Ensino elaborados pelos professores, devidamente compatibilizados com os conteúdos programáticos de cada uma das disciplinas, mecanismos esses de apoio ao controle da eficiência do ensino na universidade. Essas ações são realizadas em conjunto com as coordenações de cursos, respeitados os trâmites previstos na legislação vigente.

### **3.2.2 Política de Pesquisa**

No âmbito da UFRR, a pesquisa e a pós-graduação estão muito embricadas, haja vista que uma mesma pró-reitoria coordena as duas atividades, propiciando a plena articulação entre ambas.

A Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, é responsável pela coordenação e supervisão das atividades de pesquisa e pós-graduação da UFRR. Desenvolve ações de estímulo à inovação tecnológica e à produção científica entre alunos e professores, além de ser responsável por ampliar os indicadores de qualificação do corpo docente e induzir a formação de grupos de pesquisa institucionais pela Universidade. Possui em sua estrutura organizacional a Diretoria de Pesquisa e a Diretoria de Pós-Graduação, além dos setores: Biofábrica, Comitê de Ética e Pesquisa e o Comitê de Ética no Uso de Animais.

As políticas de pesquisa foram discutidas com a comunidade universitária quando da elaboração do PDI 2011-2016. São as bases da pesquisa na UFRR:

- executar atividades de pesquisa articuladas com o ensino e a extensão, de forma permanente e integrada, através da geração, divulgação aplicação de novos conhecimentos;
- consolidar pesquisas, visando o desenvolvimento científico, cultural, econômico, social e ambiental de Roraima, em conformidade com princípios éticos, na busca de excelência acadêmica e articulação com o ensino e a extensão;

- desenvolver pesquisas de forma integrada com programas de graduação, pós-graduação e qualificação docente, de acordo com temáticas definidas pelos colegiados respectivos;
- fomentar a consolidação de grupos de pesquisa que atuem nas áreas de interesse institucional. (UFRR, 2011)

Atualmente, existem 14 núcleos de pesquisa formalmente constituídos no âmbito da UFRR:

- Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe – NECAR;
- Núcleo de Estudos em Administração e Negócios – NEAN;
- Núcleo de Pesquisa Criança, Educação e Arte – CREAM;
- Núcleo de Recursos Naturais – NUREN;
- Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA;
- Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia – NUPEPA;
- Núcleo de Pesquisas Energéticas – NUPENERG;
- Núcleo de Estudos Semióticos da Amazônia – NUPS;
- Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais – NAPRI;
- Núcleo de Estudos de Línguas e Literaturas Estrangeiras – NUCELE;
- Núcleo de Estudos do Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável – NEEDS;
- Núcleo de Documentação Histórica – NUDOCHIS;
- Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT;
- Núcleo OBSERVARR.

As informações estatísticas fornecidas pela PRPPG dão conta apenas do realizado em 2013, mas, pelo que se pode observar nos próximos parágrafos, já demonstram os bons resultados da UFRR.

O avanço da pesquisa vem se baseando na estruturação e no fortalecimento de grupos. Até 2013, consta no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o registro de 72 grupos de pesquisa da Instituição.

Acerca do grau de envolvimento dos doutores nas atividades de pesquisa, verificou-se que, em 2013, 172 propostas foram submetidas para angariar bolsa, representando 32,3% do total de propostas potenciais. Esse cálculo foi feito com base no número de projetos inscritos no Programa de Iniciação Científica em 2013, visto que todos os editais de apoio a grupos de pesquisa, bem como, apoio à publicação

fomentados pela PRPPG têm como um dos critérios o envolvimento do docente com a pesquisa na iniciação científica.

A produção de publicações dos docentes vinculados a grupos de pesquisa certificados pela PRPPG teve o seguinte quantitativo em 2013:

Produção Bibliográfica = 398  
 Produção Técnica = 359  
 Orientação Concluída = 169  
 Total = 926

Para apoiar a publicação e disseminação de pesquisas da Instituição e da região, a UFRR possui editora e livraria universitária.

Visando à integração entre a pós-graduação, a graduação e o ensino médio, a PRPPG apoia outros investimentos em pesquisa, como os programas institucionais de apoio à iniciação científica: Programa Institucional de Iniciação Científica – PIC; o Programa de Iniciação Científica no Ensino Médio – PICEM; e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI.

Vale lembrar que, além dos programas de incentivo à iniciação científica, a PRPPG também mantém o Programa de Apoio à Pesquisa – Pró-Pesquisa.

### **3.2.3 Política de Pós-graduação**

A PRPPG também é responsável por gerir as ações de pós-graduação, que, por sua vez, seguem as políticas descritas no PDI 2011-2016. Essas políticas estão concatenadas com as políticas de ensino da UFRR como um todo e com a pesquisa, mostrando um dos seus princípios mais importantes: a indissociabilidade entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão:

- promover o ensino por meio da concepção interdisciplinar, de forma a integrar as diferentes áreas do conhecimento;
- promover a indissociabilidade entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão;
- articular programas e projetos institucionais visando diagnosticar e atender as necessidades regionais e locais, bem como, de relevância nacional e internacional que afetem a sociedade roraimense;
- estimular a prática docente como espaço para a reflexão e ação comprometida, com indissociabilidade entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão e com o contexto social;
- promover uma maior interação entre docentes, discentes de graduação e pós-graduação e técnicos, estimulando o ensino, pesquisa e extensão;
- promover ações de integração entre a educação básica e o ensino de graduação e pós-graduação;

- ofertar programas especiais de formação pedagógica, de acordo com as necessidades da região;
- implementar processo contínuo de autoavaliação, de acordo com a legislação vigente. (PDI, 2011)

A oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* conta, atualmente, com dez programas em nível de mestrado, a saber: Agronomia, Física, Geografia, Letras, Recursos Naturais, Química, Sociedade e Fronteiras, Desenvolvimento Regional da Amazônia, além dos mestrados profissionais de Matemática e Ciências da Saúde.

Sete dos cursos de mestrado ofertados pela UFRR obtiveram em 2013 o conceito 3 CAPES, mantendo esse número desde a criação. Os Programas de Recursos Naturais e Agronomia conquistaram, em 2013, o conceito 4.

Ainda sobre o Programa de Pós-Graduação em Agronomia, este aprovou o doutorado em 2013, com início das atividades para 2014.

Sobre os doutorados, a UFRR possui três programas interinstitucionais - DINTERS: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional; Programa de Pós-Graduação em Ciência Política; e Programa de Pós-Graduação em História Social; além do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede BIONORTE, realizado em parceria com as IES de outros estados amazônicos.

Com relação ao grau de envolvimento dos doutores na pós-graduação, considerando o cálculo do total de doutores (171) e o total de doutores na pós-graduação (108), o resultado obtido foi que 63% dos doutores da UFRR estão envolvidos na pós.

### **3.2.3 Política de Extensão**

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, através da Diretoria de Extensão, é responsável pela gestão de políticas coletivas de extensão universitária, projetos e programas permanentes de extensão.

As ações da PRAE seguem os princípios emanados do Plano Nacional de Extensão e, no âmbito da UFRR, das políticas definidas no PDI 2011/2016.

- Conceber e estruturar as atividades de extensão como instrumentos de formação acadêmica, articuladas às atividades de pesquisa e ensino;
- Acolher os problemas e apelos da sociedade, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de

suas atividades;

- Produzir conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre a UFRR e a comunidade;
- Promover o conhecimento, através da cultura; a democratização do acesso ao saber e a intervenção solidária junto à comunidade, para a transformação social;
- Socializar o resultado da aplicação do conhecimento gerado tanto na pesquisa, como na própria extensão, realimentada pela relação dialética *conhecimento-realidade-conhecimento*, especialmente nas atividades voltadas para a eliminação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da fome, da deterioração do meio ambiente e de enfermidades. (UFRR, 2011)

Para colocar em prática essa política, a PRAE realiza as seguintes ações voltadas à comunidade acadêmica e à sociedade:

- Programa de Extensão universitária (PROEXT): apoio a ações de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas;

- Programa Polo Arte na Escola: formação continuada de professores da educação básica para o ensino da arte;

- Projeto Pedaladas do Saber II: alfabetização na Educação de Jovens e Adultos em assentamentos da reforma agrária em Roraima;

- Projeto EMEJA: educação no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos em assentamentos da reforma agrária em Roraima;

- Projeto Instruir: educação em séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos em assentamentos da reforma agrária em Roraima;

- Projeto Girassol: oferece atividades socioeducativas, culturais e de lazer a idosos, com vistas ao exercício da cidadania plena;

- Vestibular Solidário: preparação de candidatos de baixa renda para processo seletivo (vestibular) de ingresso em cursos de graduação da UFRR;

- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários: objetiva a incubagem, formação, assessoramento e acompanhamento dos núcleos de economia solidária, visando à transferência de tecnologia social.

- Banda Paricarana: conjunto musical formado por acadêmicos da UFRR;

- Canto em 1: apresentação de voz e violão por acadêmicos da UFRR;

- Coral Musicampus – grupo formado por pessoas da comunidade, acadêmicos e servidores da UFRR;

- Grupo de dança: grupo formado por acadêmicos da UFRR;

- Orquestra: grupo de Câmara formado por acadêmicos da UFRR e pessoas da Comunidade.

Além das atividades de educação e cultura, a PRAE também desenvolve atividades de lazer e esporte.

Até 2013, a PRAE realizou os eventos: Copa UFRR de Judô; Circuito Cultural (abertura do semestre); Festival de Capoeira, Mostra de Dança, Passeio Ciclístico, Recital de Natal, Semana da Consciência Negra, Seminário de Cultura da Amazônia, Vozes da Amazônia/Fronteira.

### 3.3 DIMENSÃO 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL

Conforme já visto nas análises da Dimensão 1, o PDI 2011/2016 dispõe sobre os objetivos institucionais, o compromisso com princípios éticos direcionados para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. O fomento às ações de geração e disseminação dos saberes oriundos da Instituição tem como norte a “integração harmônica entre os vários setores internos e externos resultante das ações de ensino, pesquisa e extensão.”

Considera-se que os objetivos institucionais da Instituição estão sendo cumpridos, tendo em vista a análise das ações já relatadas neste documento. Destaca-se a realização dos programas e projetos de extensão que visam à inclusão social dos acadêmicos, com destaque para os alunos da Educação no Campo; e, ainda, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas e seus trabalhos voltados para a economia solidária entre a sociedade roraimense.

Salienta-se a inclusão no interior da Instituição de alunos de escolas públicas, negros e indígenas através do sistema de cotas e do Instituto Insikiran, que mantém os cursos de Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial e Gestão em Saúde Coletiva Indígena, direcionados para indígenas.

Vale destacar, ainda, o trabalho do Núcleo de Educação à Distância, que atende 600 alunos nos cursos de Licenciatura em Informática e Matemática, nos polos de Boa Vista e de seis municípios do Estado. Tendo, também, cursos de especialização, extensão e capacitação para 2 mil alunos de Roraima.

Cabe mencionar as ações de internacionalização da UFRR, que mantém a Coordenadoria de Relações Internacionais, vinculada à Reitoria, responsável por proporcionar o suporte administrativo e informativo sobre as atividades de intercâmbio,

mobilidade e cooperação internacional. Coordena projetos e promove a logística necessária à inserção de estudantes, pesquisadores e professores no novo ambiente acadêmico.

Cabe, nesta dimensão, analisar como a sociedade roraimense vê a atuação da UFRR no Estado, o que não será possível fazer, visto que não foi possível coletar informações através de questionários.

### 3.4 DIMENSÃO 4: COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal de Roraima possui vários recursos de comunicação com a comunidade interna e externa, visando à promoção da transparência dos atos da Administração e a divulgação da produção acadêmica, científica e cultural.

Os órgãos responsáveis pela comunicação institucional são:

- A Coordenadoria de Comunicação Social – CoordCom: é o órgão responsável por gerenciar as ações de planejamento, qualificação e execução de toda a publicização da UFRR. Coordena o funcionamento do site principal da Instituição e setorizados;

- Núcleo de Rádio e TV Universitária – NRTU: espaço público no qual são divulgadas as informações sobre a UFRR, buscando levar ao cidadão um jornalismo educativo, cultural, informativo e regional com honestidade, precisão e responsabilidade. O NRTU é integrado pela TV Universitária (canal 2), filiada à Rede Brasil, e à Rádio Universitária (FM 95,9).

### 3.5 DIMENSÃO 5: POLÍTICAS DE PESSOAL

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP, é responsável pelo planejamento, orientação e execução das atividades de administração de pessoal da UFRR. O corpo técnico da instituição, ao término de 2013, contava com 458 professores de magistério superior, 86 professores de ensino básico e 354 servidores técnico-administrativos.

Atualmente, o corpo técnico da Instituição possui:

- entre os docentes: 171 doutores, 231 mestres, 83 especialistas e 51 graduados;
- entre os técnicos: 9 mestres, 99 especialistas, 120 graduados, 84 de ensino médio e 10 com formação em ensino fundamental.

É importante destacar que grande parte dos docentes obteve seus títulos de mestrado e/ou doutorado depois de ter ingressado na instituição. O mesmo é válido para o corpo técnico-administrativo.

A PROGESP segue a Política de Capacitação emanada da Política Nacional de Desenvolvimento de pessoal. Dessa forma, coloca em prática algumas diretrizes que norteiam as ações de capacitação, como:

- Incentivar o servidor na busca por capacitação e qualificação profissional;
- Garantir o acesso dos servidores as ações de capacitação e qualificação profissional, seja pela oferta de cursos na própria instituição ou pelo incentivo à participação dos servidores em cursos externos;
- Promover cursos de capacitação e qualificação profissional diretamente relacionado ao desempenho do servidor;
- Promover cursos de capacitação e qualificação profissional, priorizando o conhecimento e habilidades do nosso próprio quadro de pessoal;
- Dispor de oportunidades de capacitação e qualificação profissional igual para todos os servidores;
- Oferecer cursos introdutórios aos novos servidores, buscando a integração ao novo ambiente e oportunizando conhecimento prévio sobre a funcionalidade da instituição.

Os planos de carreiras regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos seguem os critérios claros de admissão e progressão baseados na legislação, a saber, Lei 11.091, de 12/01/2005, que trata do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e Lei 12.772, de 28/12/2012, que trata da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal (Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico).

As estruturas de poder são definidas a partir de organograma construído coletivamente nos Conselhos Superiores da Instituição, a saber: Conselho Diretor, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário, bem como, nas Câmaras setoriais. Todos têm a representação de docentes, discentes e servidores



técnico-administrativos que participam diretamente de toda a construção das normas regimentais que orientam a Administração.

A escolha dos dirigentes de Unidades Acadêmicas, bem como, do dirigente maior da Universidade, o Reitor, é definida por via eleitoral. Dessa forma, embora se registrem contradições próprias aos ambientes onde a pluralidade de pensamento é valorizada e incentivada, observa-se esforço coletivo no apoio às instâncias administrativas, originalmente escolhida entre pares.

As contratações de servidores docentes e técnico-administrativos são realizadas por meio de edital de concurso público para provimento das vagas disponibilizadas em cada certame específico. Aos técnico-administrativos são ofertadas vagas para preenchimento através de provas de conhecimento na área de cada cargo ofertado. Os docentes são contratados mediante concurso de provas e títulos na área de atuação exigida no instrumento convocatório.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos da carreira técnico-administrativa são avaliados a cada 18 (dezoito) meses com fins de progressão funcional por merecimento, perfazendo um total de 15 (quinze) avaliações disponíveis, em detrimento do que dispõe a Lei Federal nº 11.091/2005.

Os servidores docentes desta IFES são avaliados por uma comissão permanente de pessoal docente, por meio das atividades executadas, num determinado interstício, a cada 02 (dois) anos, desde que solicitada a avaliação pelo servidor, onde sua aprovação resulta em progressão funcional.

Os conhecimentos adquiridos por cada servidor, independentemente da carreira a qual está vinculado, são acréscimos de qualidade que permitem o desenvolvimento nos padrões de excelência nas suas respectivas áreas de atuação nesta Universidade Federal, permitindo um ensino mais qualificado por parte daqueles que atuam na área de educação e melhor gestão de recursos por aqueles que trabalham na área administrativa. A UFRR ainda tem defasagem na titulação dos docentes em algumas áreas, normalmente gerando períodos de afastamento destes para participação em cursos de Mestrado e Doutorado.

No que diz respeito às instâncias que permitem conhecer o grau de satisfação dos servidores docentes e técnico-administrativos, a UFRR realiza periodicamente processos de avaliação através da CPA, onde docentes, discentes e técnicos administrativos são convidados a avaliar os vários aspectos institucionais inclusive os relacionados a condições de trabalho e função. Além disso, é facultado a todos serem

partícipes na construção dos Planos de Capacitação e demais elementos do Planejamento, em especial o Plano de Desenvolvimento Institucional.

O fomento à qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos é feito com base na Lei 11.091/2005, que tem como uma de suas diretrizes a garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral. Na UFRR, há a oferta de vários cursos de capacitação profissional em diversas áreas, com o intuito de apoiar o servidor na melhoria da qualidade do serviço prestado.

A mesma técnica de apoio abrange os docentes desta IES, a única diferença é que a norma que trata do desenvolvimento na carreira destes é a Lei 12.772/2012. Existem, ainda, bolsas de qualificação de pós-graduação para as carreiras do Magistério Superior (docentes) e técnico-administrativos, bem como, incentivo ao licenciamento remunerado para participação em cursos de pós-graduação.

A UFRR possui políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida para docentes e técnicos administrativos. Nesse sentido, desenvolve ações através da Diretoria de Desenvolvimento do Servidor, que dispõe de uma academia de ginástica, como parte da política de melhoria de qualidade de vida a seus servidores e funcionários de empresa terceirizada que prestam serviços nesta Universidade. Possui, ainda, uma Diretoria de Saúde e Assistência Social, atendendo a serviços de saúde bucal, clínico geral, assistência social, entre outros.

Sobre a questão do clima institucional, como previsível em uma Universidade Federal, a equipe é marcada pela pluralidade de pensamento e pontos de vista, e a construção de consenso, por vezes, se dá em debates ativos entre diferentes profissionais. Busca-se, entretanto, através das atividades científicas, esportivas, culturais e da realização de atividades de confraternização em datas comemorativas específicas criar espaços e momentos de confraternização social, em que se integrem diferentes membros do quadro docente e técnico da UFRR.

### 3.6 DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Roraima se estrutura organicamente na forma preconizada no art. 56 da Lei nº 9.694/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, caracterizada pela administração colegiada, conforme o disposto no art. 5º e §§ do Estatuto, nos quais se define a estrutura básica e atribui as respectivas competências.

Compõem a sua estrutura administrativa básica, à vista do art. 6º do Estatuto, os órgãos da administração superior, órgãos da administração acadêmica, órgãos suplementares e a assembleia universitária.

Os órgãos da administração geral, de caráter normativo e deliberativo, são o Conselho Diretor – CD; o Conselho Universitário – CUNI; e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Os órgãos deliberativos e normativos são compostos dos três segmentos universitários e contam, ainda, com representação da sociedade organizada. Os representantes dos segmentos docente, técnico-administrativo, discente e da sociedade organizada são escolhidos, respectivamente, segundo critérios adotados pelos próprios segmentos, pelos pares e pelas instituições que os indicam, e têm participação paritária em cada um dos órgãos colegiados.

A Reitoria é o órgão executivo principal e é exercida pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico. Vincula-se à Reitoria a Coordenação de Auditoria, a Ouvidoria, a Coordenadoria de Comunicação Social, a Coordenadoria de Relações Internacionais, a Comissão Permanente do Pessoal Docente, a Comissão Permanente do Pessoal Técnico-Administrativo, a Comissão Própria de Avaliação e a Comissão de Ética.

A administração acadêmica se compõe dos Centros Didáticos, Departamentos e Coordenações de cursos e Direção de Escola. A administração colegiada é mantida, conforme se destaca no art. 27 do Estatuto; e os Conselhos de Centro, de Curso e das Escolas de Ensino Básico e Técnico, com competência deliberativa e normativa, compõem-se dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo e de pais ou responsáveis de alunos, cujos representantes são escolhidos da mesma forma que nos conselhos superiores.

Nesse nível, a ação executiva é da competência dos Diretores de Centros e Institutos, Chefes de Departamento, Coordenadores, Diretores de Escola ou Coordenadores de Ensino.

Insere-se no Centro de Educação – CEDUC, o Colégio de Aplicação, que se compõe, na competência normativa e deliberativa, da Câmara da Educação Básica e, na executiva, da Coordenação de Educação Básica. Na estrutura do Centro de Ciências Agrárias – CCA, insere-se a Escola Agrotécnica da UFRR.

Compõem, ainda, a estrutura administrativa os órgãos suplementares para apoio da ação didática, científica, administrativa e tecnológica, dos centros de

computação, bibliotecas, núcleos de ensino, pesquisa e práticas pedagógicas, editoras, unidades de atendimento à saúde da comunidade e de qualificação e bem-estar social dos servidores.

A Assembleia Universitária é o mais amplo colegiado e contempla todos os segmentos comunitários por simples pertinência. (UFRR, 2011)

### 3.7 DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Os trabalhos da Comissão Própria de Avaliação da UFRR se caracterizam como o principal mecanismo de avaliação institucional. A primeira CPA foi constituída por membros indicados pela Reitoria e aprovados pela Resolução CEPE nº 23, de 14/06/2004, e devidamente nomeada por meio da Portaria nº 778, de 24/07/2004. Em 2007, foi publicado o primeiro relatório de autoavaliação da UFRR, contendo descrição minuciosa da situação da IFES em várias dimensões, além de dois outros relatórios de sumarização gráfica e de respostas descritivas oriundas de sugestões dos respondentes dos instrumentos.

À medida que os anos se passaram, a CPA vem apresentando dificuldades em realizar os seus trabalhos de contínua e eficiente, tendo em vista a alta rotatividade dos membros e o número de desistências. Contudo, percebe-se que os trabalhos realizados sempre se pautaram por valorizar a visão da comunidade universitária e da sociedade sobre a UFRR, pois todas as autoavaliações realizadas usaram os questionários como principal instrumento de coletas de dados.

Nos últimos anos, porém, os trabalhos não avançaram e somente em abril de 2013 a Comissão então vigente conseguiu concluir o relatório referente ao período 2011/2012, não tendo sido possível postá-lo no sistema e-MEC.

A atual Comissão foi nomeada através da Portaria nº 2.436/13, de 14/09/2013, composta pelos três segmentos universitários e pela comunidade externa. Entendendo que tinha pouco tempo para realizar todo processo de avaliação e elaborar o relatório, tão logo ocorreu a nomeação, seis meses antes do prazo de postagem do relatório no sistema, foi iniciado o trabalho de elaboração e aprovação dos questionários, que foram disponibilizados *online* para os discentes, docentes e técnicos.

Devido aos mesmos problemas sofridos pelas comissões anteriores, desistência e rotatividade de membros, a análise dos questionários não foi finalizada a tempo, o que levou à decisão de encaminhar para postagem a versão preliminar do relatório para,

posteriormente, encaminhar a definitiva. Da mesma forma, na versão preliminar não será possível encaminhar os dados relativos à Dimensão INFRAESTRUTURA.

Apesar dos problemas organizacionais, a atual CPA criou o site da Comissão ([www.ufr.br/cpa](http://www.ufr.br/cpa)) e uma nova logomarca.

### 3.8 DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão é responsável pela gestão de políticas de atendimento aos estudantes. Numa perspectiva macro, suas ações seguem as políticas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e, numa perspectiva interna, a política de acesso e permanência da UFRR definida no PDI 2011/2016:

2.7.4.1. Proporcionar o acesso, sem discriminação de raça, sexo, gênero, orientação sexual, idioma, religião, cultura, perfil socioeconômico, necessidade educacional específica, deficiência visual ou de qualquer outra natureza;

2.7.4.2. Estimular o acesso ao ensino superior, por meio da oferta de cursos preparatórios, para pessoas de baixa renda;

2.7.4.3. Proporcionar meios de permanência e acompanhar os motivos da desistência, sem discriminação de qualquer natureza, visando eliminar os fatores desencadeantes da evasão, minimizando as dificuldades de conclusão de cursos, sejam metodológicas ou de condição social. (UFRR, 2011)

A UFRR visa melhorar o desempenho acadêmico e garantir a permanência dos discentes matriculados em cursos presenciais de graduação até o período previsto para conclusão. Em 2013, ofertou, além dos auxílios alimentação e transporte (intercampi e coletivo), os auxílios reprografia, moradia, refeição, o Pró-Ciência para participação em eventos científicos e o Pró-Atleta para participação em eventos esportivos, bem como, bolsas PROPERMANÊNCIA de atividades acadêmicas, entre outras de atividades culturais.

Os critérios utilizados são processos seletivos, através de editais, e quando selecionados são avaliados por meio de relatórios mensais entregues à Diretoria de Assuntos Estudantis assinados por seus supervisores e pelo próprio discente.

No que tange aos aspectos positivos das ações realizadas pela PRAE, destaca-se:

- o interesse dos alunos pelos benefícios sem os quais não seria possível a sua realização;

- o comprometimento dos alunos com o benefício no que tange à assinatura do termo de compromisso e ao reconhecimento da contribuição que o auxílio concede para o aprendizado e permanência do mesmo;
- a priorização dos alunos de renda vulnerável e oriundos de escolas públicas no processo seletivo;
- a dedicação e compromisso da pequena equipe de profissionais (servidores e bolsistas) na execução das atividades relacionadas à Diretoria de Assuntos Estudantis – DAES, e setores.

Acerca dos aspectos negativos, salienta-se:

- a carência de profissionais na Diretoria de Assuntos Estudantis para planejar, coordenar, executar as ações de assuntos estudantis.

### 3.9 DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Conforme já mencionado na apresentação da UFRR, atualmente, o planejamento do cronograma de criação e implantação de cursos de graduação segue o Acordo de Metas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

As receitas da Instituição são decorrentes de Recursos do Tesouro Nacional, que dependem de aprovação de Lei Orçamentária Anual, e de Recursos Próprios, sendo o planejamento orçamentário totalmente articulado com a execução do PDI 2011/2016.

Por outro lado, visando complementação dessa receita, a Universidade tem se empenhado na captação de recursos provenientes de emendas parlamentares individuais e de bancada, ação na qual tem logrado êxito. Outras importantes fontes de recursos provêm da participação e aprovação em editais lançados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e do MEC, através de editais como o Programa Incluir da SESu e os editais em prol das Licenciaturas Indígenas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Elenize Cristina de Oliveira da. A implantação do REUNI na UFRR.  
Disponível em: [www.anpae.org.br/.../ElenizeCristinaOliveiradaSilva-poster-int.pdf](http://www.anpae.org.br/.../ElenizeCristinaOliveiradaSilva-poster-int.pdf).  
Acesso em: 21 de fevereiro de 2013.

UFRR. PDI 2011-2016: Plano de Desenvolvimento Institucional. Boa Vista, 2011. 74 p.